

NOVA CONCURSOS

PC-AP

Polícia Civil do Estado do Amapá

OFICIAL INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL

- ✓ Lingua Portuguesa
- ✓ Redação Discursiva
- ✓ Raciocínio Lógico-Matemático
- ✓ Noções de Estatística e Análise de Dados
- ✓ Noções de Contabilidade e Análise Financeira
- ✓ Direito Processual Penal e Legislação Processual Penal Especial
- ✓ Direito Constitucional
- ✓ Direitos Humanos
- ✓ História do Amapá
- ✓ Geografia do Amapá

DISPONÍVEL ON-LINE

- ✓ Noções de Informática
- ✓ Direito Penal e Legislação Penal Especial
- ✓ Direito Administrativo
- ✓ Legislação Institucional

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2026

Conteúdo de acordo com o Edital
Questões gabaritadas da banca CESGRANRIO

Polícia Civil do Estado do Amapá

PC-AP

Oficial Investigador de Polícia Civil

NV-016ST-26-PC-AP-OFICIAL-INVESTI
Cód.: 7908428819415

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Oficial Investigador de Polícia Civil de acordo com o Edital nº 001/2026, da Polícia Civil do Estado do Amapá (PC-AP).

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *CESGRANRIO* com complementos de bancas variadas, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: *Noções de Informática, Direito Penal e Legislação Penal Especial, Direito Administrativo e Legislação Institucional disponíveis em PDF para download.* Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✅ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✅ teoria objetiva e atualizada;
- ✅ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✅ questões gabaritadas para o treino da teoria.

GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!

QUERO MATERIAL COMPLETO!

NOVA CONCURSOS

LÍNGUA PORTUGUESA 17

- **DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL 17**
  - **EMPREGO DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA 17**
- **EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO 18**
- **PRONOMES: EMPREGO, FORMAS DE TRATAMENTO E COLOCAÇÃO 22**
- **DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL 26**
- **SINTAXE 30**
  - Regência Verbal 41
  - Regência Nominal 43
  - Concordância Verbal 43
  - Concordância Nominal 46
  - **FLEXÃO NOMINAL 49**
  - **FLEXÃO VERBAL E EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS 50**
    - Vozes do Verbo 53
- **REDAÇÃO (CONFRONTO E RECONHECIMENTO DE FRASES CORRETAS E INCORRETAS) 55**
- **COMPREENSÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS 56**
- **ADEQUAÇÃO DA LINGUAGEM AO TIPO DE DOCUMENTO 59**

REDAÇÃO DISCURSIVA 73

- **INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA 73**

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO 107

- **LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO 107**
  - **ANALOGIAS 107**
  - **INFERÊNCIAS 107**
  - **DEDUÇÕES 107**
  - **CONCLUSÕES 107**
- **LÓGICA PROPOSICIONAL 108**
  - **VALORES LÓGICOS DAS PROPOSIÇÕES 108**
  - **ESTRUTURAS LÓGICAS 108**
  - **PROPOSIÇÕES SIMPLES 109**

PROPOSIÇÕES COMPOSTAS E CONECTIVOS LÓGICOS 111
TABELAS-VERDADE 113
EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS 116
LEIS DE DE MORGAN: NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES 121
DIAGRAMAS LÓGICOS 125
GRANDEZAS DIRETA E INVERSAMENTE PROPORCIONAIS 128
REGRA DE TRÊS SIMPLES 132
REGRA DE TRÊS COMPOSTA 134
PORCENTAGEM E VARIAÇÕES PERCENTUAIS 136
ANÁLISE COMBINATÓRIA 138
PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM 138
PERMUTAÇÕES 138
ARRANJOS 139
COMBINAÇÕES 140

NOÇÕES DE ESTATÍSTICA E ANÁLISE DE DADOS 145

ESTATÍSTICA DESCRITIVA 145
POPULAÇÃO E AMOSTRA 145
VARIÁVEIS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS 145
VARIÁVEIS DISCRETAS E CONTÍNUAS 146
DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS: FREQUÊNCIAS ABSOLUTA, RELATIVA E ACUMULADA ... 146
MEDIDAS DE POSIÇÃO: MÉDIA ARITMÉTICA, MEDIANA, MODA, QUARTIS, DECIS E PERCENTIS 147
MEDIDAS DE DISPERSÃO: AMPLITUDE, VARIÂNCIA, DESVIO-PADRÃO E COEFICIENTE DE VARIAÇÃO 152
PROBABILIDADE 154
ESPAÇO AMOSTRAL E EVENTOS 154
PROBABILIDADE DA UNIÃO E DA INTERSEÇÃO DE EVENTOS 154
PROBABILIDADE CONDICIONAL 155
INDEPENDÊNCIA DE EVENTOS 155
TEOREMA DE BAYES 156

■ **ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS 156**

DISTRIBUIÇÃO E COMPORTAMENTO DOS DADOS: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE TABELAS, GRÁFICOS E CONJUNTOS DE DADOS 156

IDENTIFICAÇÃO DE VALORES ATÍPICOS (OUTLIERS) 160

■ **CORRELAÇÃO 163**

COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO 165

CORRELAÇÃO E CAUSALIDADE 166

■ **REGRESSÃO LINEAR 168**

■ **TAXAS, RAZÕES, PROPORÇÕES E INDICADORES 172**

■ **QUALIDADE DE DADOS 175**

DADOS AUSENTES, DUPLICADOS, INCONSISTENTES E DISCREPANTES 177

■ **NOÇÕES DE ANÁLISE ESPACIAL DE DADOS 181**

■ **VISUALIZAÇÃO DE DADOS 183**

NOÇÕES DE CONTABILIDADE E ANÁLISE FINANCEIRA 197

■ **CONCEITOS, OBJETIVOS E FINALIDADES DA CONTABILIDADE 197**

CONCEITO 197

OBJETIVOS 197

FINALIDADE DA CONTABILIDADE 197

CAMPO DE APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE 197

FUNÇÕES DA CONTABILIDADE 197

■ **PATRIMÔNIO 197**

COMPONENTES PATRIMONIAIS 197

Bens 197

Direitos 198

Obrigações 198

EQUAÇÃO FUNDAMENTAL DO PATRIMÔNIO 198

Representação Gráfica 198

SITUAÇÃO LÍQUIDA PATRIMONIAL 198

■ **ATOS E FATOS ADMINISTRATIVOS 199**

FATOS PERMUTATIVOS, MODIFICATIVOS E MISTOS 199

ESCRITURAÇÃO, PLANO DE CONTAS E CONTABILIZAÇÃO **199**

Fórmulas de Lançamento 199

■ **CONTAS** **199**

CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO **199**

Contas Patrimoniais 200

Contas de Resultado 200

Contas Retificadoras do Ativo 200

DÉBITO, CRÉDITO E SALDO **200**

Exemplos de Contas do Ativo (Devedoras) 200

Exemplos de Contas do Passivo (Credoras) 201

Exemplos de Contas do PL (Credoras) 201

Exemplos de Contas de Resultado 201

TEORIA DAS CONTAS **201**

Patrimonialista 202

Personalista 202

Materialista 202

■ **ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL** **202**

CONCEITO **202**

LANÇAMENTO **203**

Erros de Escrituração/lançamento 203

Método das Partidas Dobradas 203

Livros de Escrituração 203

Formas de Lançamento 204

REGIME DE COMPETÊNCIA **204**

REGIME DE CAIXA **205**

■ **BALANÇO PATRIMONIAL** **205**

CONCEITO E ESTRUTURA **205**

COMPOSIÇÃO **206**

Ativo Circulante 206

Ativo Não Circulante 206

Passivo Exigível 207

Patrimônio Líquido (Passivo Não Exigível) 207

■ **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)** **207**

CONCEITO, ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO **207**

Receitas 210

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC) **211**

LEI Nº 6.404/76 ..... **211**

CPC 03 — DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA **211**

Objetivo 211

Definições 211

Apresentação 212

Método Direto e Indireto 213

EXEMPLOS DE DFC SEGUNDO O CPC 03 ..... **213**

Método Direto 213

Método Indireto 214

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **214**

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **215**

ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL **215**

Análise Financeira 215

Análise Econômica 215

INDICADORES DE LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO **215**

Liquidez 215

Rentabilidade 216

Estrutura do Capital (Endividamento) 217

INDICADORES DE ATIVIDADE OU ROTATIVIDADE (PRAZOS MÉDIOS) **217**

Prazo Médio de Renovação dos Estoques (PMRE) ou Giro de Estoque 218

Prazo Médio de Recebimento de Clientes ou de Vendas (PMRC ou PMRV) 218

Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores ou de Compras (PMP ou PMPC) 218

Ciclo Operacional (CO) e Ciclo Financeiro (CF) 218

ANÁLISE DO GRAU DE ALAVANCAGEM **218**

GAF — Alavancagem Financeira 218

GAO — Alavancagem Operacional 218

GAT — Alavancagem Total 219

Multiplicador da Alavancagem Financeira 219

ANÁLISE DE CAPITAL DE GIRO **219**

Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (CCL) 219

Necessidade de Capital de Giro 219

Saldo de Tesouraria 219
Capital de Giro Próprio 219

INDICADORES DA ANÁLISE FUNDAMENTALISTA 219

PL (Preço/lucro) 219
Lucro por Ação (LPA) 219
Dividend Yield (DY) 219
Valor Patrimonial por Ação (VPA) ou Book Value Per Share 219
Pay-Out 219

RESUMOS DAS FÓRMULAS 220

Indicadores Econômicos e Financeiros — Liquidez 220
Indicadores Econômicos e Financeiros — Rentabilidade 220
Indicadores Econômicos e Financeiros — Estrutura de Capital (Endividamento) 220
Indicadores de Atividade ou Rotatividade (Prazos Médios) 220
Análise do Grau de Alavancagem 220
Análise de Capital de Giro 221
Indicadores da Análise Fundamentalista 221

ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL 221

OBJETO E ALCANCE DO EXAME 221

Fontes de Informação e Limites Legais de Acesso 221
Método de Trabalho e Encadeamento das Etapas 222

FLUXOS FINANCEIROS 222

Conceito e Elementos do Fluxo 222
Rastreamento de Origem e Destino 223

MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA 223

Instrumentos e Canais de Movimentação 223
Leitura do Perfil de Movimentação 223

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL 224

Conceito e Composição do Patrimônio 224
Variação Patrimonial a Descoberto 224
Sinais Exteriores de Riqueza 224

COMPATIBILIDADE ENTRE RENDA, PATRIMÔNIO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA 224

O Teste de Compatibilidade 224
Reconstrução do Fluxo de Caixa 225

ANÁLISE DE EXTRATOS E MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS 225

ANATOMIA DO EXTRATO BANCÁRIO 225

Consolidação e Tratamento dos Dados 225
Indicadores Extraídos da Série 226

IDENTIFICAÇÃO DE OPERAÇÕES ATÍPICAS 226

CONCEITO DE ATIPICIDADE 226

Indicadores Normativos de Suspeita 226
Comunicação Objetiva e Comunicação Subjetiva 227

FRACIONAMENTO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS 227

CONCEITO E MECÂNICA DO FRACIONAMENTO 227

Marcas Detectáveis na Série 227

CIRCULARIDADE DE RECURSOS 228

CONCEITO E FINALIDADE DO CIRCUITO 228

Identificação do Retorno 228

INTERPOSIÇÃO DE PESSOAS 228

CONCEITO E MODALIDADES 228

Beneficiário Final 228
Indicadores de Interposição 228

OCULTAÇÃO E DISSIMULAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES 229

RELAÇÕES PATRIMONIAIS, SOCIETÁRIAS E FINANCEIRAS ENTRE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS 229

VÍNCULOS SOCIETÁRIOS E CADEIA DE CONTROLE 229

Confusão Patrimonial 229
Mapeamento de Vínculos 230

NOÇÕES DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA 230

CONCEITO E POSIÇÃO INSTITUCIONAL 230

O Ciclo de Produção 230
Limites da Atividade 230

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA (RIF): CONCEITO E FINALIDADE 231

CONCEITO E NATUREZA 231

Espécies e Disseminação 231
Valor Probatório e Uso na Investigação 231

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL ESPECIAL 235

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL 235

INQUÉRITO POLICIAL 237

CONCEITO 238

Finalidade 239

CARACTERÍSTICAS 239

Indiciamento 240

INSTAURAÇÃO 241

DILIGÊNCIAS INVESTIGATÓRIAS 243

PRAZOS 245

CONCLUSÃO 245

PROVA 251

DISPOSIÇÕES GERAIS 251

Prova Ilícita 254

EXAME DE CORPO DE DELITO E PERÍCIAS 254

CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA 255

Etapas da Cadeia de Custódia 256

Vestígios 258

Preservação do Local de Crime 261

INTERROGATÓRIO 265

Confissão 266

OFENDIDO 267

PROVA TESTEMUNHAL 268

RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS 270

ACAREAÇÃO 270

DOCUMENTOS 271

INDÍCIOS 271

BUSCA E APREENSÃO 272

PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES 274

PRISÃO EM FLAGRANTE 280

PRISÃO PREVENTIVA **285**

PRISÃO TEMPORÁRIA **288**

MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO **289**

LIBERDADE PROVISÓRIA E FIANÇA **290**

LEI Nº 9.296/1996 — INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS, DE INFORMÁTICA E TELEMÁTICA **297**

CAPTAÇÃO AMBIENTAL – DISPOSIÇÕES LEGAIS PERTINENTES **301**

LEI Nº 12.850/2013 — MEIOS DE OBTENÇÃO DA PROVA: COLABORAÇÃO PREMIADA, AÇÃO CONTROLADA E INFILTRAÇÃO DE AGENTES **303**

AFASTAMENTO DOS SIGILOS BANCÁRIO E FISCAL – DISPOSIÇÕES PERTINENTES À INVESTIGAÇÃO CRIMINAL **303**

LEI Nº 12.965/2014 — MARCO CIVIL DA INTERNET: REGISTROS, PRESERVAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS NO ÂMBITO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL **308**

DIREITO CONSTITUCIONAL 321

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 ..... **321**

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS **321**

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS **325**

Direitos e Deveres Individuais e Coletivos 326

Remédios Constitucionais 343

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA **350**

Disposições Gerais 350

Servidores Públicos 360

SEGURANÇA PÚBLICA **364**

Art. 144 da Constituição Federal 364

Organização e Atribuições Constitucionais dos Órgãos de Segurança Pública 364

DIREITOS HUMANOS 371

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS **371**

CONCEITO E FUNDAMENTOS **371**

CARACTERÍSTICAS **373**

DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL **375**

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS **379**

PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS 388

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS (PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA) 402

CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES 412

SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS: NOÇÕES GERAIS 421

DIREITOS DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE 423

IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO 429

PROTEÇÃO DE GRUPOS VULNERÁVEIS 430

DIREITOS HUMANOS APLICADOS À ATIVIDADE POLICIAL 443

USO DA FORÇA PELOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA APLICAÇÃO DA LEI E PROTEÇÃO DA INTEGRIDADE FÍSICA E MORAL DAS PESSOAS SOB CUSTÓDIA DO ESTADO: LEGALIDADE, NECESSIDADE, PROPORCIONALIDADE E RESPONSABILIZAÇÃO 449

HISTÓRIA DO AMAPÁ 459

FORMAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO AMAPAENSE 459

DISPUTAS TERRITORIAIS E FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS 459

POVOS INDÍGENAS E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO 460

CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO – LAUDO SUÍÇO 461

CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ 462

TRANSFORMAÇÃO DO AMAPÁ EM ESTADO 462

FORMAÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL DO AMAPÁ – PRINCIPAIS CICLOS E ATIVIDADES ECONÔMICAS 462

ASPECTOS RELEVANTES DA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO AMAPÁ 464

GEOGRAFIA DO AMAPÁ 481

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E LIMITES TERRITORIAIS 481

DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E MUNICÍPIOS 485

ASPECTOS FÍSICOS 488

CLIMA 488

VEGETAÇÃO: BIOMAS E ECOSSISTEMAS 489

RELEVO 491

HIDROGRAFIA 493

- POPULAÇÃO E DINÂMICA DEMOGRÁFICA 494
- ATIVIDADES ECONÔMICAS: RECURSOS NATURAIS E MINERAÇÃO 496
- URBANIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO 498
- UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS 499
- INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO REGIONAL 500
- FRONTEIRA INTERNACIONAL E FAIXA DE FRONTEIRA 501
- QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS CONTEMPORÂNEAS 501
- AMAPÁ NO CONTEXTO AMAZÔNICO E DA AMAZÔNIA LEGAL 502

LÍNGUA PORTUGUESA

DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL

O **novo acordo ortográfico** é um documento que normatiza diversas mudanças na língua portuguesa. Ele foi assinado em 1990, mas seu uso só passou a ser obrigatório a partir de 2016.

Esse documento foi elaborado com base nas mudanças práticas da língua e nos estudos desenvolvidos por linguistas. Além disso, tem o objetivo de padronizar a ortografia em diversos países nos quais se fala e escreve a língua portuguesa.

É importante estudar essas mudanças na língua, pois a ortografia é um aspecto responsável por "tirar" pontos na avaliação da redação e, portanto, pode ser determinante para prejudicar sua nota.

ALFABETO

Como era:

A B C D E F G H I J L M N O P Q R S T U V X Z

Como está:

A B C D E F G H I J **K** L M N O P Q R S T U V **W** X **Y** Z

Antes do acordo, tínhamos 23 letras em nosso alfabeto; agora, contamos com o acréscimo das letras **K**, **W** e **Y**, totalizando 26 letras no alfabeto do português brasileiro.

Essa mudança ocorreu com a intenção de oficializar letras que, na prática, já faziam parte de diversas palavras em português. Ou seja, as letras não estavam no alfabeto, mas já eram utilizadas no cotidiano em nomes de pessoas, marcas, ou abreviações como: km, Yago, Kamila, Wilson, Olympikus, dentre outros.

Pensando nisso, o acordo procurou tornar oficiais as letras que já eram utilizadas pelos falantes do português.

Importante!

Ter tornado essas letras oficiais não muda a escrita de palavras que já existem; ou seja, palavras como "quilo" e "quilômetro" não passarão a ser escritas como "kilo" e "kilômetro". A oficialização significa, sim, que, a partir de agora, novas palavras podem usar essas letras.

Além do alfabeto, as principais mudanças trazidas pelo novo acordo ortográfico foram: o fim do uso do trema, mudanças na acentuação e mudanças no uso do hífen, que detalharemos a seguir.

FIM DO USO DO TREMA

O trema já estava caindo em desuso, visto que não é necessário ter o acento para identificar a pronúncia. Com o novo acordo ortográfico, de forma oficial, **o trema não é mais utilizado**, seja em palavras portuguesas ou aportuguesadas.

Muitos não lembram, mas o trema era representado por dois pontinhos em cima do "**u**" que indicavam hiato.

- **Antes do acordo**: freqüência; cinqüenta; conseqüência; tranqüilo;
- **Depois do acordo**: frequência; cinquenta; consequência; tranquilo.

Atenção! O trema ainda é usado em nomes próprios estrangeiros como Bündchen e Müller, por exemplo.

EMPREGO DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA

O acento diferencial **não é mais usado** em palavras paroxítonas com **vogal tônica aberta** ou **fechada** que apresentam a mesma escrita.

- **Antes do acordo**: pára (verbo); pólo (substantivo); pêlo (substantivo);
- **Depois do acordo**: para (verbo); polo (substantivo); pelo (substantivo).

Nos casos em que o acento marca a diferença entre verbos no singular e plural, como em "vem" (singular) e "vêm" (plural), bem como em "tem" (singular) e "têm" (plural), o acento foi mantido.

O acento circunflexo não é mais usado com "**e**" e "**o**" abertos e fechados (**mêdo**: medo, **almôço**: almoço), nem em letras repetidas, como em palavras paroxítonas terminadas em "**êem**" nem em palavras com o hiato "**oo**".

- **Antes do acordo**: lêem, vôo, abençôo;
- **Depois do acordo:** leem, voo, abençoo.

O acento **agudo** não é mais usado em palavras paroxítonas com ditongo aberto "ei" e "oi".

- **Antes do acordo**: andróide, alcatéia, idéia, diarréia, estóico;
- **Depois do acordo**: androide, alcateia, ideia, diarreia, estoico.

Dica

É comum confundir as paroxítonas com as oxítonas terminadas em ditongo aberto. As oxítonas com ditongos abertos continuam com acento: herói, dói.

O acento em palavras **paroxítonas** com "i" e "u" tônicos depois de ditongo não é mais utilizado.

- **Antes do acordo:** feiúra, bocaiúva;
- **Depois do acordo:** feiura, bocaiuva.

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, trabalharemos a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem sentir-se tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

É necessário reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails.

No entanto, nesses ambientes, não é necessário, na maioria das vezes, adequar a escrita à norma padrão da língua. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, depois se faz um planejamento textual, mostra-se sua estrutura, apresenta-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; e quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. Só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois, muitas vezes, só tentam praticar a escrita da redação após concluírem o estudo do livro didático e enfrentam grande dificuldade no momento do agrupamento — ou seja, em transformar em um todo aquilo que aprenderam a fazer em partes. Se o resultado não for satisfatório, acabam assumindo a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que serão estudados e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando, ainda, o caráter da originalidade, da criticidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, consequentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não houver sucesso na redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Nesse sentido, é necessário exercitar a competência escrita desde o início dos estudos, com uma redação por semana ou, pelo menos, com uma a cada 15 dias.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos nos referindo à estrutura e à linguagem do texto dissertativo. Subentende-se que quem domina esses dois aspectos não enfrenta dificuldades com a ortografia e outros elementos gramaticais que, inclusive, costumam ter pouco peso na prova.

18

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO

ANALOGIAS

Neste processo de raciocínio chamado analogia, são estabelecidas comparações entre situações conhecidas e desconhecidas, buscando semelhanças. A analogia sugere a existência de alguma similaridade entre as proposições, constituindo, assim, uma premissa parcial.

A premissa parcial serve como ponto de partida para outra premissa, cuja função é fornecer informações essenciais que conduzirão à conclusão desejada. É imperativo que essas premissas sejam verdadeiras para garantir a validade do argumento.

Exemplificando:

- Todas as verduras são saudáveis;
- Todos os brócolis são verduras.
    - **Conclusão**: Portanto, todos os brócolis são saudáveis.

INFERÊNCIAS

As inferências no raciocínio lógico-matemático referem-se à capacidade de deduzir informações ou conclusões com base em premissas estabelecidas. Os teoremas matemáticos são frequentemente derivados por meio de inferências lógicas. Ao conectar proposições iniciais, os matemáticos inferem resultados adicionais, estendendo o conhecimento além do explicitamente declarado.

Em outras palavras, pode-se dizer que inferência é o processo pelo qual, a partir de uma ou mais premissas, se derivam novas proposições. Quando uma inferência é considerada válida, isso implica que a nova proposição pode ser aplicada em outros raciocínios lógicos. A construção de inferências parte de hipóteses, permitindo a dedução de conclusões.

Pensando nisso, o silogismo desempenha um papel fundamental na inferência, sendo uma estrutura composta por duas premissas (proposições) e uma conclusão. O raciocínio dedutivo é empregado para chegar a essa conclusão, explorando as informações contidas nas premissas. Vale ressaltar que **nem todas as inferências conduzem a conclusões verdadeiras**.

Um exemplo ilustrativo é afirmar que todas as galinhas possuem duas patas, mas seria inadequado inferir que tudo que possui duas patas é uma galinha. A validade das inferências está intrinsecamente relacionada à precisão das premissas.

A qualidade da inferência é, também, influenciada pela riqueza de características contidas nas premissas. Quanto mais informações estiverem presentes na premissa, maior é a probabilidade de realizar inferências nessas precisas. Essa capacidade é evidenciada quando, diante da pergunta sobre uma ave de duas patas com crista vermelha, é possível inferir, com maior confiança, que se trata de uma galinha.

DEDUÇÕES

A dedução inicia-se a partir de uma certeza, uma premissa universal, com o objetivo de alcançar uma conclusão, ou seja, ela se move do **geral para o específico**. Este método parte de uma informação ampla para desvendar uma verdade específica. A segurança na conclusão é reforçada pelo uso de premissas já aceitas, proporcionando uma base sólida e amplamente reconhecida.

Vejamos um exemplo para compreender melhor:
Todos os seres humanos são mortais.
Rômulo é um ser humano.
Logo, Rômulo é mortal.

Ao contrário da dedução, temos a **indução**, que se move do **específico para o geral**. Veja o seguinte exemplo para compreender melhor:
Todas as maçãs que já comi eram doces.
A última maçã que comi era doce.
A maçã que comprei hoje também é doce.
Logo, todas as maçãs são doces.

CONCLUSÕES

As conclusões no raciocínio lógico matemático representam o resultado de um processo dedutivo bem-sucedido. Elas sintetizam as inferências, evidenciando a verdade lógica derivada das premissas iniciais.

Uma conclusão matemática é geralmente uma afirmação clara e inequívoca que expressa um resultado específico. A precisão é crucial, pois as conclusões matemáticas formam a base para avançar em direção a novos problemas e desafios dentro da disciplina.

Vejamos alguns exercícios comentados a seguir:

1. **(NOVA CONCURSOS)** Leia a afirmação a seguir e responda à questão.
"Se todos os funcionários do setor de TI são proficientes em programação e alguns funcionários proficientes em programação falam inglês fluente", então podemos concluir que:

a) Todos os funcionários do setor de TI falam inglês fluente.
b) Alguns funcionários do setor de TI falam inglês fluente.
c) Nenhum funcionário do setor de TI fala inglês fluente.
d) Alguns funcionários proficientes em programação não falam inglês fluente.

A premissa inicial é que todos os funcionários do setor de TI são proficientes em programação, e sabemos que alguns dos proficientes em programação falam inglês fluente. Logo, é possível concluir que, como todos do setor de TI são proficientes em programação, alguns deles falam inglês fluente. Não é possível afirmar que todos do setor de TI falam inglês fluente (letra a) ou que nenhum fala (letra c).

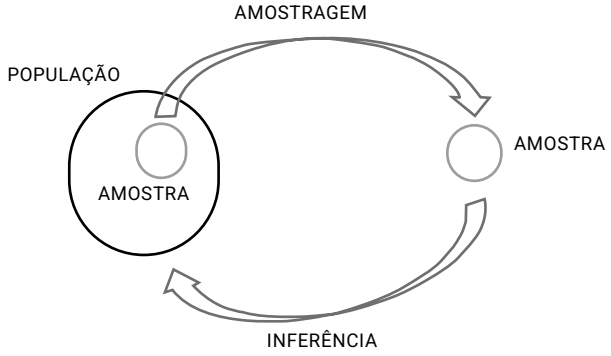
NOÇÕES DE ESTATÍSTICA E ANÁLISE DE DADOS

ESTATÍSTICA DESCRITIVA

POPULAÇÃO E AMOSTRA

É comum ouvirmos por aí pessoas que dizem não acreditar em pesquisas como Ibope, Datafolha entre outras, com o argumento de que nunca foi entrevistado por esses órgãos e que não conhecem nenhuma pessoa que tenha sido consultada também. Ora, consultar a população toda acerca de algum assunto é muito custoso e demandaria um tempo muito grande. Por isso, para se chegar a essa estimativa, esse tipo de pesquisa é realizado em parte da população.

Para analisar parâmetros estatísticos de uma população é necessário selecionar uma amostra a partir de técnicas de amostragem. Dessa amostra são extraídos dados estatísticos, que serão estudados e analisados, e então, generalizados para toda a população por meio da **Inferência Estatística.**



Quando vamos tratar de inferência estatística, o nosso conjunto de dados a ser analisado são os dados extraídos das amostras da população. Para isso, a amostra selecionada deve ser representativa da população.

Uma amostra **não representativa** é uma **amostra viciada**, que chamamos de **vício de amostragem**. Utilizando esse tipo de amostra chegaríamos a um resultado que não corresponde à realidade.

Ex.: queremos saber a quantidade de torcedores de cada time na cidade de São Paulo, portanto nossa população é o total de habitantes de São Paulo. Vamos supor que a amostra selecionada para responder fosse feita na porta do estádio do Palmeiras em dia de jogo. Nesse caso, praticamente 100% dos entrevistados se declarariam palmeirenses, o que, claramente, está incorreto, pois a escolha da amostra foi realizada de forma incorreta.

Conceitos importantes:

- **População objeto:** é a população total que temos o interesse de obter informações;
- **Unidade elementar (unidade amostral):** é a unidade (indivíduo) da população que será observada (analisada), pode ser uma pessoa, uma peça de uma produção etc.;
- **Amostra:** é o subconjunto da população;
- **Censo:** análise de todos os elementos da população;
- **Erro amostral:** é a diferença entre o resultado amostral para o resultado populacional.

Existem várias formas de se determinar uma amostra da população a ser estudada, que se dividem em dois grandes grupos:

PROBABILÍSTICAS	NÃO PROBABILÍSTICAS
Quando todos os elementos da população possuem a mesma probabilidade de serem selecionados. Só nas amostras probabilísticas podem ser utilizados os métodos de inferência. Alguns exemplos são a amostra aleatória simples, a sistemática, a estratificada e amostra por conglomerado	Quando os elementos da população não possuem a mesma probabilidade de serem escolhidos, pois dependem do critério do pesquisador. Esse método tem uma desvantagem por não ser possível fazer inferências sobre a população. Apesar disso, ainda é um método muito utilizado. Alguns exemplos são a amostra por conveniência, intencional, amostra por cotas e voluntários

VARIÁVEIS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS

Os dados de uma amostra podem ser **qualitativos**, que são aqueles dados não numéricos como sexo, nacionalidade, avaliação nominal (bom, regular, ruim) etc., ou **quantitativos**, dados expressos em números que podem ser objeto de contagens, medições como altura, peso etc.

Atenção: não necessariamente dados expressos em números serão quantitativos; eles podem também ser qualitativos, como RG, CPF, CNPJ, CEP, CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) — geralmente esse tipo de código ou classificação é feito em números. Exemplo: se quisermos saber a quantidade de empresas que atuam em cada setor, podemos usar a CNAE, que é um número, para separar a quantidade de mercados, farmácias, postos de combustíveis etc.

Os dados qualitativos podem ser:

- **Ordinais**: podem ser ordenados, como mês, nível de escolaridade, tamanho de roupa (P, M, G), entre outros. Ex.: o nível de escolaridade pode ser dividido em ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, pós-graduação. Por mais que seja um dado qualitativo, conseguimos colocar isso em ordem, pois sabemos que primeiro vem o ensino fundamental, depois o ensino médio e assim por diante. Da mesma forma com os meses: sabemos que primeiro vem janeiro, depois fevereiro até chegar em dezembro;
- **Nominais**: não podem ser ordenados, como sexo, estado civil, entre outros. Ex.: podemos dividir os estados civis em casado, união estável, solteiro, viúvo... Não temos uma ordem entre essas opções.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE E ANÁLISE FINANCEIRA

CONCEITOS, OBJETIVOS E FINALIDADES DA CONTABILIDADE

CONCEITO

Estudar contabilidade necessita que o aluno enxergue o conteúdo por meio de uma ótica totalmente nova. Talvez essa seja a grande dificuldade dos alunos que estudam essa matéria pela primeira vez.

Portanto, vamos começar pelo conceito, dado no primeiro Congresso Brasileiro de contabilistas realizado em 1924: "Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registro relativas à administração econômica."

A partir desse conceito precisamos destacar algumas expressões importantes para o estudo da contabilidade. Veja que ela tem um foco basicamente em orientar, controlar e registrar eventos.

Muito bem, a partir desse momento você já deve entender que a **contabilidade é uma ciência social e**, portanto, **não é ciência exata.** Contabilidade não é técnica, não é procedimento.

OBJETIVOS

Como toda ciência, a contabilidade também possui um objeto de estudo. Perceba, como exemplo, que o direito estuda as normas jurídicas e sua aplicação no fato social. **O objeto de estudo da contabilidade é o patrimônio das entidades**.

O patrimônio é composto por bens, direitos e obrigações. Para o conjunto de **bens e direitos**, damos o nome de **ativo**. Já as obrigações são chamadas de passivos. As **obrigações** são divididas em **obrigações com terceiros**, também chamadas de **passivo exigível**, e **obrigações próprias ou com sócios**, conhecidas como **patrimônio líquido**.

FINALIDADE DA CONTABILIDADE

Surge para nós agora uma simples pergunta: com qual finalidade essa ciência contábil vai estudar o patrimônio?

A contabilidade possui uma finalidade, um objetivo simples: estudar e controlar o patrimônio com o objetivo de **fornecer informações úteis e tempestivas para tomada de decisão.** Fica claro que, por conta desse objetivo, **a contabilidade é conhecida por ser uma ciência informacional**, ou seja, o profissional da contabilidade existe unicamente para controlar, registrar e evidenciar as informações a respeito do patrimônio de uma entidade, com o objetivo de divulgar essas informações para quem tiver interesse.

Importante destacar que essas informações serão fornecidas para quem tiver interesse, ou seja, a contabilidade não é uma ciência que atende a determinado grupo de pessoas.

CAMPO DE APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE

Você leu até agora que a contabilidade estuda o patrimônio das entidades, mas é importante sabermos que tipo de entidades aplicam as técnicas da contabilidade para o estudo do patrimônio. Contabilmente falando, o conjunto de entidades no campo de aplicação da contabilidade é chamado de **azienda.**

Azienda é um termo italiano que corresponde à fazenda, sendo entidades econômico-administrativas, ou seja, organizações que reúnem pessoas, patrimônio e capital com um objetivo em comum.

Além disso, as entidades/aziendas podem ser classificadas de três formas:

- **Aziendas sociais**: são entidades que não possuem fins lucrativos. Existem vários exemplos, como as associações e clubes recreativos.
- **Aziendas econômicas**: aqui temos entidades que possuem fins lucrativos. Temos as entidades comerciais de bens e serviços (mercado, farmácia, prestadores de serviço) e indústrias, por exemplo.
- **Aziendas econômico-sociais:** aqui são entidades que não possuem fins lucrativos para enriquecimento do capital investidos, mas para que esse lucro gerado seja revertido em bens e serviços aos seus integrantes. Como exemplo temos os institutos de pensão, aposentadoria e previdência.

FUNÇÕES DA CONTABILIDADE

A contabilidade possui duas funções, a função econômica e a função administrativa:

- **Função administrativa**: ajuda no **controle do patrimônio**. Identifica os valores a receber, a pagar e os bens da entidade.
- **Função econômica**: envolve a **apuração do lucro ou do prejuízo**. Essa apuração é feita na demonstração do resultado do exercício (DRE) confrontando receitas e despesas. Quando a receita é maior que a despesa, **temos lucro**. Caso contrário, **prejuízo**.

PATRIMÔNIO

O objeto da contabilidade é o patrimônio das entidades econômico-administrativas. Apenas reforçando o conceito, patrimônio é o conjunto de elementos necessários à existência de uma entidade, ou seja, bens, direitos e obrigações. Vamos detalhar um pouco os componentes do patrimônio!

COMPONENTES PATRIMONIAIS

Bens

São todos os objetos que uma empresa possui, seja para uso, troca ou consumo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL ESPECIAL

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

DO PROCESSO EM GERAL

Disposições Preliminares

As normas dividem-se em regras e princípios. As regras podem ou não serem cumpridas, conforme a técnica do tudo ou nada, já os princípios podem ser ponderados, sem que haja a exclusão de um, para prevalecer o outro, ocorrendo uma mera flexibilização, a fim de suceder o encaixe perfeito no caso concreto. Por exemplo, nas decisões dos tribunais, muitas vezes, acontece a disputa **liberdade de expressão x privacidade**, e os julgadores tentam conciliar entre ambos os princípios.

Nesse viés, os princípios são mais abstratos do que as regras, e, geralmente, as embasam. Por exemplo, o princípio da dignidade da pessoa humana inspirou várias regras protetivas de direitos do preso (direito à saúde, trabalho, estudo).

Destarte, a Constituição Federal de 1988 preocupou-se com as garantias processuais penais em diferentes dispositivos, instituindo um amplo rol de princípios constitucionais protetivos do processo penal, bem como a presunção de inocência, um princípio basilar extraído diretamente do texto constitucional. O Código de Processo Penal, inspirado nas garantias constitucionais, forma um complexo de regras e princípios que conduzem a marcha processual.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

É necessário que seja feito um estudo acerca dos princípios fundamentais do processo penal, uma vez que a atividade diária necessita do uso de cada um deles para garantir que a norma e a eficácia judicial estejam sendo cumpridas. Nesse sentido, cabe a explanação de cada um deles para o seu melhor entendimento e preparo para as provas de concursos pelo país.

Entenda os princípios processuais mais importantes:

Princípio do Devido Processo Legal

Com base no inciso LIV, art. 5º, da Constituição Federal, de 1988:

> **Art. 5º** *[...]*
> *LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;*

Este está no ápice dos princípios mais importantes na atividade diária da aplicação do direito penal e processual penal, tendo em vista que os bens e a liberdade possuem uma tutela específica, resguardada constitucional, legal e judicialmente. Com base nisso, o devido processo legal estabelece que ninguém poderá ser privado de seus bens ou de sua liberdade sem que haja um processo judicial, em que será aplicado o que é justo, com a observância das normas processuais.

Os fundamentos e objetivos desse princípio correspondem a encarar a tipicidade dos atos processuais, em que os atos do processo são realizados conforme o previsto na lei processual. Ademais, há a presunção de legitimidade dos atos praticados conforme a lei, bem como o princípio da reserva legal, aplicado subsidiariamente a este para assegurar garantias e direitos fundamentais, mediante ao fato de que toda atividade do Estado deve ser feita conforme o que está expresso em lei.

Além do mais, tem-se a necessidade de observância de todas as formalidades processuais, assim como a forma que deve ser respeitada, mas sem excessos de formalismos para facilitar a compreensão. Assim, haverá o cumprimento do contraditório e ampla defesa, bem como a fundamentação das decisões e a recorribilidade das decisões de mérito.

Presunção de Inocência

Consiste no direito de não ser declarado culpado, senão após o devido processo legal. A consequência deste princípio é que a parte acusadora fica com o ônus de demonstrar a culpabilidade do acusado. Ex.: para a imposição de uma sentença condenatória é necessário provar, eliminando qualquer dúvida razoável (*in dubio pro reo*).

> **Art. 5º** *[...]*
> *LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;*

Em 2019, o STF fixou entendimento no sentido de que o início do cumprimento da pena precisa do trânsito em julgado da condenação. Dessa forma, apenas pode ocorrer prisão cautelar (provisória, temporária) antes do esgotamento da via recursal.

Contraditório

Consiste no direito à informação, somado ao direito de participação. Quanto ao direito de informação, destacam-se as citações e intimações. Quanto ao direito de participação, o acusado precisa ter a oportunidade de reagir. Ex.: contestar, recorrer.

> **Dica**
>
> **Súmula n° 707 (STF)** *"Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprindo a nomeação de defensor dativo".*

DIREITO CONSTITUCIONAL

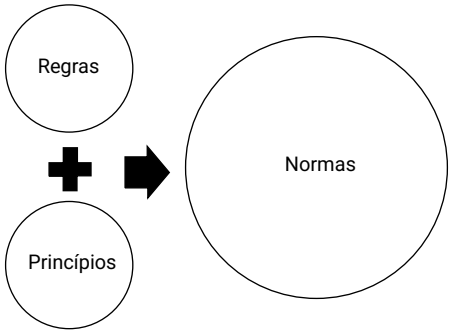
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Conceito e Natureza

Antes de adentrarmos propriamente no tema, é importante esclarecer um ponto que já foi objeto de prova: princípios, regras e normas se distinguem.

Há o gênero normas, do qual decorrem as espécies regras e princípios. As normas são amplas, abarcando, assim, a natureza abstrata dos princípios e a concretude das regras.



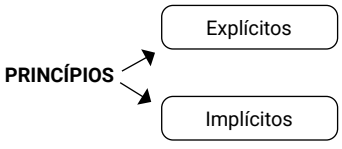
Os princípios são um alicerce de um sistema, uma estrutura básica do ordenamento jurídico, trazendo, também, uma melhor orientação à interpretação de um texto constitucional, que não pode ser feita de forma isolada, mas, sim, levando em consideração todo o contexto.

Os princípios constitucionais podem ser **explícitos** ou **implícitos**. Os princípios explícitos são aqueles que estão de forma expressa no Texto Constitucional (escritos).

Já os implícitos são obtidos por meio de uma construção lógica, estando subentendidos no texto mesmo não aparecendo expressamente.

Como exemplo de princípios explícitos, podemos citar os princípios do art. 37 da CF, os quais dizem respeito à Administração Pública.

Já quanto aos princípios implícitos, podemos citar o princípio da supremacia do interesse público, o qual, apesar de não ser encontrado expressamente na CF, é estritamente observado pelo poder público.



Os princípios fundamentais são mandamentos que vão influenciar em toda a ordem jurídica.

Por exemplo, é nesse momento que o Texto Constitucional formaliza a relação entre **povo**, **governo** e **território**, elementos estes que são requisitos para a constituição de um Estado.

Além disso, servem como norte para outras normas e estão localizados no Título I da CF, de 1988, o qual é composto por quatro artigos.

Note que é nesses artigos que se proclama o regime político democrático com fundamento na soberania popular e na garantia da separação de função entre os governos.

Além disso, neles também são determinados os valores e diretrizes para o ordenamento constitucional.

Salientamos, antes de adentrarmos especificamente nos referidos artigos, que muitas questões de prova cobram do examinando um conhecimento prévio correlacionando a distinção do que são fundamentos (art. 1º), objetivos (art. 3º) e princípios (art. 4º).

Repare que, no parágrafo anterior, não foi exposto o art. 2º, mas isso se deu de forma proposital, tendo em vista que o examinador, muitas vezes, tenta confundir o candidato com o rol dos artigos anteriormente mencionados.

Para tanto, utilizaremos alguns mnemônicos ao longo das explicações, começando logo por "**FOP**" (**f**undamentos, **o**bjetivos, **p**rincípios).

Observe que esse mnemônico obedece **à** ordem alfabética, estando também em conformidade com a ordem dos artigos da Constituição (F-1º; O-3º; P-4º).

Assim, quando a questão mencionar algo relacionado a fundamentos, lembre-se de que estará se referindo ao exposto no art. 1º; quando mencionar objetivos, ao art. 3º; e, quando mencionar princípios, ao art. 4º. Não se esqueça também de que o art. 2º não entra como referência nesse mnemônico.

Fundamentos

Os fundamentos contidos no art. 1º da CF, de 1988, servem como base para todo o ordenamento jurídico, pois se referem aos valores de formação da República Federativa do Brasil — veja a importância do artigo, não somente em relação à Constituição, mas para toda a ordem jurídica do Estado.

Assim, vejamos o referido dispositivo:

> **Art. 1º** *A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como* ***fundamentos****:*
> *I - a soberania;*
> *II - a cidadania;*
> *III - a dignidade da pessoa humana;*
> *IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;*
> *V - o pluralismo político.*
> *Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.*

DIREITOS HUMANOS

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS

CONCEITO E FUNDAMENTOS

As normas de direitos humanos, que são essenciais a uma vida digna, são frutos de um processo de construção e reconstrução que variaram conforme as necessidades humanas e contexto de cada época da história. Esclarecendo detalhadamente, suas regras foram desenvolvidas a partir de uma ação ou luta social, sendo, portanto, uma construção social (consciente e vocacionada) que decorre dessas novas demandas com o objetivo de assegurar a dignidade e evitar o sofrimento humano.

Verifica-se, assim, que os direitos humanos não surgiram de uma vez. Eles são fruto de um desenvolvimento histórico, conforme será explanado no item "O processo histórico de construção e afirmação dos direitos humanos". Neste primeiro momento, Atente para o fato de que os direitos humanos foram sendo reconhecidos aos poucos.

Os primeiros direitos reconhecidos foram aqueles ligados ao **próprio indivíduo**, como, por exemplo, o direito de viver, de ter bens, de locomover-se. Trata-se de um primeiro olhar do Estado para o indivíduo. Um olhar que reconhece que os seres humanos possuem direitos mínimos e que o poder do Estado **não é** ilimitado. Assim, foram reconhecidas as **liberdades** dos indivíduos, ou seja, seus **direitos civis e individuais** — que abrangem todas as pessoas sem qualquer distinção. Também foram reconhecidos os direitos de participação popular na administração do Estado, isto é, os **direitos políticos**.

Importante!

Os primeiros direitos políticos eram bem limitados, pois estavam restritos a quem detinha a qualidade de cidadão e, por isso, atingiam somente os eleitores. As mulheres, por exemplo, não eram consideradas cidadãs, assim como os estrangeiros, e, consequentemente, não possuíam os direitos políticos, embora fossem titulares dos direitos civis mínimos garantidos pelo Estado.

Diante disso, pode-se definir direitos humanos como o conjunto de direitos e de valores previstos no ordenamento jurídico e tratados internacionais, que são aceitos no âmbito internacional com a principal finalidade de garantir mecanismos de proteção da dignidade da pessoa humana, garantindo maior proteção ao indivíduo do poder arbitrário do Estado.

Vale-se a atenção para não confundir o conceito de direitos humanos com direitos fundamentais. Enquanto os direitos humanos estão previstos na **ordem jurídica internacional**, os direitos fundamentais estão previstos no **ordenamento jurídico interno**, a fim de criar mecanismos de proteção da dignidade da pessoa humana no ordenamento jurídico interno do país.

Antes de adentrarmos à sua terminologia, para melhor entendimento, cumpre fazer um paralelo entre os direitos positivados e não positivados.

Os direitos não positivados são aqueles que não se encontram expressamente previstos em nenhuma legislação, como, por exemplo, o direito do homem, pois trata-se de direitos naturais da pessoa humana. Já os direitos positivados são aqueles que encontram-se expressamente previstos na Constituição, como, por exemplo, os direitos fundamentais da pessoa humana.

Diante disso, pode-se dizer que a terminologia dos direitos humanos encontra-se em direitos positivados no âmbito internacional, razão pela qual eles possuem um tratamento diferenciado no nosso ordenamento. Vejamos os arts. 4º e 5º, da CF, de 1988:

> **Art. 4º** *A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:*
> *[...]*
> *II - prevalência dos direitos humanos;*
> *[...]*
> **Art. 5º** *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*
> *[...]*
> *§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.*

Assim, para sua concretização, os direitos humanos passaram por diversos momentos históricos, com o principal objetivo de garantir direito à dignidade e igualdade para a pessoa humana.

A esses direitos que buscavam a defesa do indivíduo em face do abuso de poder do Estado (são chamados de liberdades públicas negativas ou direitos negativos), dá-se o nome de **direitos de primeira geração/dimensão**, por serem os primeiros direitos tutelados pelo Estado.

Os **segundos direitos** reconhecidos foram aqueles voltados a estabelecer a **igualdade** entre os indivíduos. Depois do olhar inicial para o indivíduo, reconhecendo suas liberdades, o Estado passou a visualizá-lo como membro de uma sociedade. Assim, foi possível reconhecer as diferenças entre as pessoas.

Como consequência, passou-se a exigir um papel mais ativo do Estado, para garantir direitos de oportunidades iguais aos indivíduos por meio de políticas públicas, como, por exemplo, acesso à educação e à saúde, voto feminino, regulamentação das regras trabalhistas e previdenciárias, entre outros. Passou-se, então, a exigir uma ação, e não mais uma omissão do Estado — liberdade positiva ou prestacional. A esses direitos dá-se o nome de **direitos de segunda geração/dimensão,** estando ligados ao poder de exigir do Estado a consecução dos **direitos econômicos, sociais e culturais.**

HISTÓRIA DO AMAPÁ

FORMAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO AMAPAENSE

DISPUTAS TERRITORIAIS E FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS

Por formação territorial compreende-se o processo histórico e geográfico pelo qual um determinado país, região ou estado desenvolve e configura sua estrutura territorial ao decorrer do tempo. Esse processo pode envolver eventos como colonização, expansão territorial, definição de fronteiras, demarcação de limites, integração de novas áreas e transformações na organização espacial, além de ser influenciada por fatores políticos, econômicos, culturais e sociais.

PROCESSO DE FORMAÇÃO: PRIMEIROS NAVEGADORES

Participante da primeira chegada à América junto a Cristóvão Colombo, Vicente Yáñez Pinzón, possivelmente capitão da Nina, uma das três caravelas (Pinta, Nina e Santa Maria), é considerado um dos primeiros colonizadores europeus a alcançar a costa amapaense.

A expedição liderada por ele foi pioneira ao atravessar a foz do Rio Amazonas, percorrendo a América Central e navegando ao longo do litoral das Guianas até Pernambuco. Realizada em 1499, a viagem de Pinzón incluiu a exploração do nosso litoral em janeiro de 1500, três meses antes da chegada da frota de Cabral. Antes da esquadra de Cabral, Pinzón já havia reconhecido as regiões norte e nordeste do litoral brasileiro.



Vicente Yáñez Pinzón, navegador espanhol. Fonte: Wikimedia Commons.

Francisco Orellana foi outro navegador espanhol de relevância para o estado do Amapá. Ao integrar a expedição de Francisco Pizarro até os Andes em 1540, Orellana foi o primeiro europeu a percorrer todo o Rio Amazonas. Em 1549, obteve a autorização oficial da Espanha para colonizar a região; entretanto, durante a navegação pelo litoral do Amapá, acabou falecendo.

Em 1546, Luís de Melo e Silva navegou pela foz do Rio Amazonas e obteve do rei de Portugal a concessão para uma capitania, cujo nome e registros não são historicamente confirmados devido à perda dos documentos. A posse da concessão nunca foi consumada, visto que Luís de Melo e Silva veio a falecer em um naufrágio.

A capitania do Cabo Norte, atualmente correspondente ao estado do Amapá, ganhou notoriedade por volta de 1616, com o estabelecimento do Forte do Presépio. Embora não existam registros concretos sobre quando a região se tornou efetivamente uma capitania, o espaço foi concedido, no ano de 1637, a Bento Maciel Parente, um militar e explorador português, cuja administração foi essencial na defesa do território em formação, incluindo o estado do Maranhão e Grão-Pará.

Sua contribuição envolveu não apenas a segurança e defesa, mas também o reconhecimento de diversos rios e a construção e militarização de fortes em áreas estratégicas, incluindo Belém e Xingu (Sarney; Costa, 2004). Após o falecimento de Bento Maciel Parente, a administração da capitania do Cabo do Norte foi transferida para seu filho, de mesmo nome. A sucessão foi oficialmente ratificada através de uma carta-patente emitida por D. João IV em 9 de julho de 1645, confirmando a doação do território.

No século XVI, a região, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, pertencia à Espanha. Todavia, em virtude da União Ibérica (1580–1640), quando as Coroas de Portugal e Espanha foram unificadas sob o reinado de Felipe II, houve maior tolerância e fluidez entre as divisas estipuladas no mencionado tratado.

A união representava controle espanhol sobre Portugal, que implicava também controle espanhol sobre as colônias portuguesas, o que estimulou os portugueses a ocuparem de vez a região do Amapá e a combaterem as ocupações estrangeiras.

INGLESES, FRANCESES E HOLANDESES NA CAPITANIA

Durante o século XVI, a região que compreende o atual estado do Amapá era alvo de interesses e disputas entre ingleses, franceses e holandeses, que buscavam explorar as ricas oportunidades comerciais oferecidas pela América do Sul. Potências europeias estavam envolvidas na expansão marítima e no comércio ultramarino, competindo pelo controle de áreas estratégicas e valiosas, como as regiões produtoras de recursos naturais. Os ingleses e holandeses estavam particularmente interessados nas atividades comerciais relacionadas ao comércio de especiarias, madeiras preciosas, como o pau-brasil, e outras mercadorias exóticas encontradas na região.

A França recusou o reconhecimento do Tratado de Tordesilhas, conduziu várias incursões de pirataria ao longo do litoral brasileiro, estabelecendo alianças com os indígenas, e se envolveu no comércio de madeira. Após duas tentativas de invasão fracassadas, no Rio de Janeiro e Maranhão, os franceses notaram um território pouco vigiado próximo à foz do Amazonas — que fazia parte do domínio espanhol — e o invadiu, fundando, assim, Caiena, atual capital da Guiana Francesa.

GEOGRAFIA DO AMAPÁ

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E LIMITES TERRITORIAIS

O Amapá, localizado na região Norte do Brasil, possui uma formação territorial que engloba processos históricos diversificados, remontado pela sua história que inclui períodos de colonização e exploração de recursos naturais, como o extrativismo vegetal. A questão regional manifesta-se nas divisões de mesorregiões e microrregiões, que refletem diferenças entre suas áreas, sendo as divisões intermediárias e imediatas as que remontam os aspectos socioeconômicos em diferentes localidades.

Os aspectos físicos do Amapá moldam sua singularidade; seu clima equatorial úmido é caracterizado por altas temperaturas e precipitações frequentes, com a vegetação que varia de florestas tropicais densas a áreas de cerrado e campos naturais. O relevo é marcado por planícies costeiras, planaltos e serras no interior, e a hidrografia inclui rios importantes como o Amazonas e seus afluentes, que contribuem para a rica biodiversidade da região.

A população amapaense, em constante mudança, reflete a diversidade étnica e cultural da região, influenciada pela economia, que antes era centrada na mineração e extrativismo, e que se expandiu para setores como serviços e turismo. A dualidade entre espaço rural e urbanização é visível, com comunidades rurais mantendo atividades agrícolas tradicionais, e centros urbanos como Macapá emergindo como polos de desenvolvimento regional. Os movimentos culturais no Amapá celebram suas tradições com festas, danças e manifestações artísticas que enriquecem a identidade local.

O Amapá destaca-se como um estado que combina elementos históricos, geográficos e culturais, e a compreensão das suas raízes de formação territorial, as características físicas distintas e os indicadores socioespaciais em evolução nos lembram da complexidade das interações humanas e naturais. Bons estudos!

FORMAÇÃO TERRITORIAL

Processos de Formação

As reconfigurações no espaço e no território do Amapá têm desempenhado papéis ativos no contexto global desde o século XVII. Isso se manifesta como: participantes das expansões territoriais; elementos envolvidos em interesses comerciais; integrantes de acordos geopolíticos e geoeconômicos; componentes conectados a interesses internacionais; e elementos influenciados pelas políticas públicas nacionais (Porto, 2022).

O atual Amapá, em tempos remotos, era habitado por indígenas das etnias “waiãpi”, “palikur”, “maracá-cunani” e “tucuju”; contudo, a presença europeia começou a deixar sua marca na região quando o espanhol Vicente Yáñez Pinzón se tornou o primeiro a avistar sua costa. Pinzón, além de ser o pioneiro na observação do território, atribuiu nomes aos locais circunvizinhos ao Amapá. Por exemplo, a Ilha de Marajó foi nomeada por ele como “Marinatãbalo”, enquanto o rio Amazonas ganhou a alcunha de “Santa Maria de La Mar Dulce”; o conhecido rio Oiapoque também foi renomeado como “rio Vicente Pinzón”, naquele tempo (IBGE, 2023b).

Somente após a chegada dos ingleses em 1596, sob a liderança do explorador Keymis, o rio passou a ser reconhecido como Oiapoque e, nesse período, uma série de visitas por parte de ingleses, irlandeses e holandeses ocorreu na região que hoje compreende o Amapá. No entanto, após uma derrota contra os franceses, todos foram expulsos do local, permitindo que a colonização europeia no Amapá ganhasse impulso a partir de 1637; nesse ano, a concessão da capitania do Cabo Norte foi outorgada a Bento Maciel Parente por Filipe IV de Espanha e III de Portugal (IBGE, 2023b).

As terras dessa capitania foram delimitadas desde o Oiapoque até o Paru, atravessando o Jarí; Bento Maciel Parente, então governador do Maranhão e Grão-Pará, logo começou a implementar a ocupação da capitania. Simultaneamente, o explorador Pedro Teixeira chegou ao Amapá, acompanhado pelos jesuítas Alonso de Rojas e Christoval de Acuña. Os portugueses não só se destacaram em desbravar as terras, mas também em catequizar os indígenas, o que levou à fundação de missões franciscanas e jesuíticas. Em consonância com isso, o Marquês de Pombal ordenou a construção da Fortaleza de Macapá, um marco na colonização da região. Colonos açorianos foram direcionados para Macapá, fortalecendo a presença lusitana (IBGE, 2023b).

Após o falecimento do donatário, a capitania foi extinta e revertida à coroa; como resposta, um comando militar foi estabelecido no território, tendo Macapá como sede, e a população já contava quase 3 mil habitantes. Finalmente, em um marco mais recente, a Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988, elevou o território do Amapá à categoria de estado da Federação. Isso culminou com a instalação oficial do estado em 1º de janeiro de 1991, selando a jornada histórica e política do Amapá no cenário brasileiro (IBGE, 2023b).

Desde os períodos coloniais, as terras que compreendem hoje o estado do Amapá têm despertado o interesse de estrangeiros devido aos seus recursos naturais. Além disso, essas terras também foram objeto de atenção visando à expansão territorial, como é evidenciado pela construção de fortificações, o estabelecimento de vilas e povoados, bem como a criação de novos arranjos federativos, como os territórios federais. Após a criação do território federal do Acre em 1904, surgiram iniciativas para a proposição de novos territórios federais; entre essas, ganha destaque a primeira demonstração política local, surgida em 1920, que defendia a implantação do território federal do Amapá (Porto, 2005).

O território federal do Amapá, resultante do desmembramento do Pará, teve sua extensão territorial delineada a partir da incorporação dos municípios de Almerim, através do distrito de Arumanduba, e Mazagão (da qual emergiu o município de Mazagão), além de Macapá e Amapá. Posteriormente, foram realizadas reorganizações territoriais municipais, motivadas

NOVA CONCURSOS

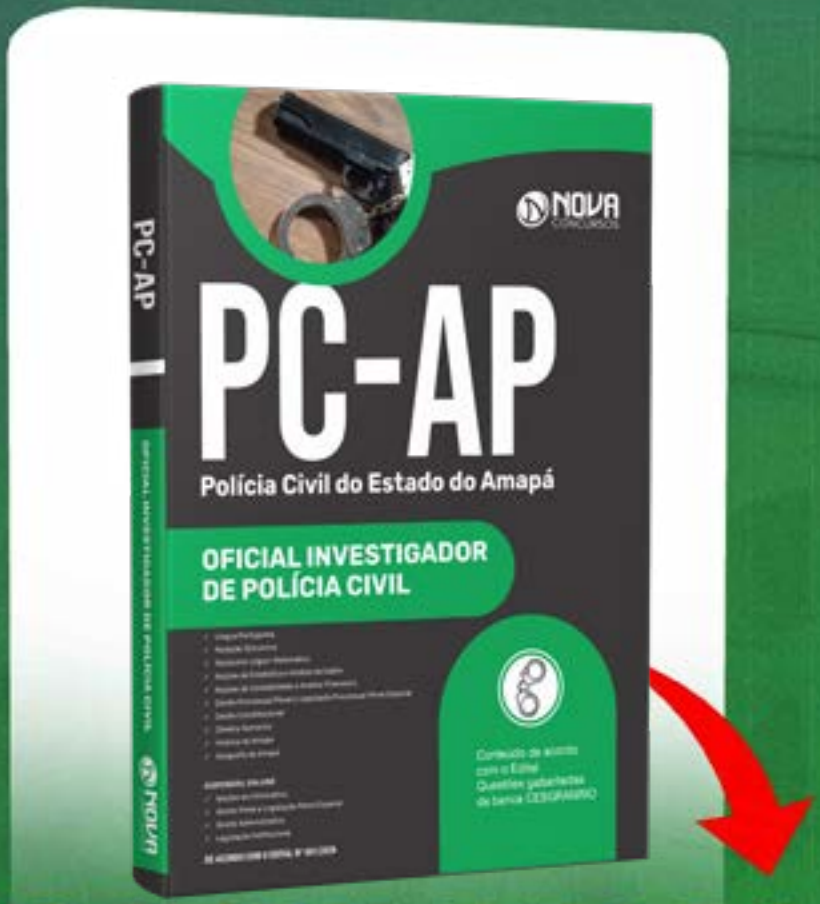
MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

799 APROVADOS NO BANCO DO BRASIL 2021

92 APROVADOS NO TJ-MG 2022

213 APROVADOS NO SEAGRI/DF 2022

337 APROVADOS NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO